

APRESENTAÇÃO

O número 29 da *Revista Interfaces* reúne trabalhos originais que trazem relevantes contribuições sobre Patrimônio Cultural e Restauro através dos saberes de Arquitetura, Artes, Letras e Música.

O patrimônio cultural, artístico, ambiental e paisagístico do nosso país ocupa um papel importante, muitas vezes implícito, na formação dos cidadãos. Ele pode estimular uma consciência difundida e partilhada pela história e pela cultura do território e concorrer à formação das identidades locais e nacionais. O patrimônio cultural constitui um “bem comum” assim como a água e o ar, e o desejo e a necessidade da participação ativa na sua conservação, na sua tutela e na sua valorização torna-se cada vez mais importante. Pensar o Patrimônio Cultural e o Restauro, espontaneamente, faz brotar alguns questionamentos: Quais as posturas dos jovens frente ao patrimônio cultural? As mudanças tecnológicas nos processos de documentação, de conhecimento e de narração criativa modificaram, e como, a abordagem dos jovens, nativos digitais, em relação ao patrimônio cultural? Tutela e valorização do patrimônio vivem em contradição ou podem ser complementares? Na gestão do patrimônio cultural dos países, os cidadãos podem ter papel ativo? Qual? Como? Ou esse papel deve ser apenas delegado aos órgãos públicos ou privados? É possível educar para o patrimônio? Qual a diferença existente entre instrução e educação ao patrimônio? Como se coloca o interesse pelo patrimônio em relação às expectativas dos jovens? A educação ao patrimônio cultural pode ser um fator de identidade e de interculturalidade?

Segundo a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, o patrimônio cultural deve ser entendido como um bem comum, o seu conhecimento e o seu uso devem incluir o direito de participação à vida cultural dos cidadãos como fonte útil ao desenvolvimento humano, à valorização das diversidades culturais e à promoção do diálogo intercultural, além de um modelo de

desenvolvimento econômico fundado em princípios de utilização sustentável dos recursos. Tais valores e benefícios nem sempre são percebidos em sua totalidade, traduzindo-se no desinteresse por parte dos cidadãos aos temas de tutela dos bens culturais, o que alimenta ainda mais o degrado do patrimônio.

O objetivo principal do presente número é discutir como a cultura da conservação e do restauro, na nossa sociedade, possa melhorar não apenas as questões relativas aos aspectos da conservação, da tutela e da valorização do patrimônio artístico e cultural, mas também demonstrar que, através de canais de divulgação como esta Revista, é possível chamar a atenção sobre a importância que o binômio “conservação e restauro” ocupa na preservação dos bens artísticos.

Um dos muitos locais nos quais a cultura pode e deve ser divulgada é exatamente o museu, concorde com a definição de museu dada pelo ICOM (International Council of Museums): “O Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu ambiente, que os adquire, os conserva, os comunica e especialmente os expõe com fins de estudo, instrução ou deleite.”

A temática da presente edição foi proposta em 2017, quando o edifício do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro existia e resistia às intempéries financeiras do país. Mas, o Museu Nacional, cujo acervo histórico é reconhecidamente o mais importante da América Latina, não resistiu ao incêndio que o devorou no último dia 2 de Setembro. Foi um rogo de três dias que consumiu dois séculos de atuação da primeira instituição científica brasileira. A maior parte do acervo foi perdida, o edifício ficou fragilizado em sua estrutura e hoje, prestes ao lançamento deste número da Revista, fazemos muitas perguntas sobre seu futuro, sobre todos os futuros. O futuro do acervo com reconhecimento da UNESCO e o futuro do edifício, o futuro da Instituição, o futuro da pesquisa e do ensino em nosso país.

É necessário olharmos com atenção para os demais conjuntos históricos e arquitetônicos da UFRJ, num total de doze: o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), primeira construção erguida no país a partir de 1812 para abrigar a Academia Real Militar, base do ensino de engenharia no país, no Largo de São Francisco; o já citado Museu Nacional; o Palácio Universitário no Campus da Praia Vermelha; o prédio do atual Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis, inaugurado em 1879, e a Escola de Enfermagem Ana Nery, ambos na Cidade Nova; a Faculdade de Direito; o Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica, no centro, hoje cedido à Prefeitura do Rio de Janeiro, construído em 1872 para sediar o Conservatório de Música; a antiga Escola de Eletrotécnica na Praça da República hoje cedida ao IPHAN; a Escola Nacional de Música no Passeio Público; a Casa do Estudante Universitário na Av. Rui Barbosa, hoje sede do Colégio de Altos Estudos da UFRJ, e o conjunto paisagístico do Observatório do Valongo, na Saúde, construído em 1881, a segunda instituição astronômica mais antiga do Brasil. Infelizmente, o fogo não destruiu apenas o Museu Nacional: em 2011 foi a Capela de São Pedro de Alcântara no Palácio Universitário da Praia Vermelha, e em 2016 o prédio da Reitoria na Ilha do Fundão.

Os olhares devem ser dirigidos também para os acervos da Instituição. Apenas nas unidades do CLA – Centro de Letras e Artes –, estão abrigadas, por exemplo, a partitura original do Hino Nacional na Escola da Música, desenhos originais de Grandjean de Montigny na Escola de Belas Artes e todo o acervo do Museu D. João VI, o setor de obras raras da Biblioteca Machado de Assis da Faculdade de Letras e o conjunto arquitetônico do Edifício Jorge Machado Moreira.

Abrimos a discussão com o texto da pesquisadora e restauradora Annachiara Alabiso, “O recenseamento dos locais de culto na cidade de Nápoles: motivações e finalidades”; a autora nos oferece um estudo que opera em novas margens ao apresentar, após o recenseamento de locais de culto

eclesiástico, a apropriação dos usos originais das igrejas por novos sujeitos arquitetônicos que as transformaram em escolas, sedes administrativas e até livrarias.

Na esteira da releitura do potencial de uma igreja enquanto objeto arquitetônico que atravessa diferentes camadas de tempo, o texto “Convento de Santo Antônio do Rio De Janeiro: Restauro e Revitalização”, de Olinio Coelho, além do preciosismo da descrição das etapas de restauro de um dos mais importantes exemplares da arquitetura religiosa barroca no Brasil, discorre sobre o entendimento de espaço-tempo na ordem do restauro. O autor, ao apresentar a atualização de um restauro que dialoga com o presente, aponta a valorização do uso original, mas também a demanda de novos programas, como quartos com suítes, restaurante e a abertura do átrio sagrado para visitação pública, o que denota a necessidade de fruição e diálogo com o bem-estar, a sustentabilidade e a presentificação de um novo tempo eclesiástico.

Dos espaços religiosos para aqueles laicos, desembarcamos na praça. A importância do “uso” como instrumento de valorização do bem cultural é convergente com o artigo “Apropriação da Praça Central de Tegucigalpa, Honduras”, de Valeria Carbajal Rivera e Renata Hermann de Almeida. A Praça citada tem sua relevância cultural reconhecida pelas camadas de tempo arquitetônico, histórico, político e social que acumulou enquanto espaço público. Os autores a reconhecem como símbolo da cidade ao mesmo tempo em que identificam seu uso elitista como inibidor de sua apropriação associado à pouca informação de seus usuários sobre a sua importância.

Os próximos passos conduzem a um passeio pela Cidade de Goiás Velho, lugar de nossa Cora Coralina, cidade incluída na lista de Patrimônio da Humanidade desde 2001 por suas características vernaculares com relação às técnicas construtivas do século XVIII. No entanto, nos surpreendemos ao perceber que ela também esconde em suas vielas importantes inserções

arquitetônicas ligadas ao repertório moderno, podendo soar como paradoxal. Thalita Fonseca e Karine Camila, ao dissertarem sobre as “Inserções modernas e a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás”, apresentam a riqueza dos exemplares modernos e ao mesmo tempo o diálogo que eles estabelecem com a tradição colonial da cidade.

Francis Wilker, no artigo “Oficina Perdiz: a memória sem lugar”, estabelece um diálogo com o trabalho anterior ao refletir sobre a entrada de novos atores na discussão de patrimônio para além das diretrizes de políticas públicas, como os movimentos culturais e o mercado imobiliário. Neste caso, se estabelece uma tensão a ponto de conceber medidas de proteção que parecem não salvaguardar o espaço da oficina-teatro da cidade de Brasília como bem cultural. Esse foi o caso do Teatro do Sr. Perdiz que, enquanto bem edificado, foi retirado de seu *locus*, e hoje reflete a dicotomia de existir um espaço sem memória e uma memória sem lugar.

Do mesmo modo, o artigo “Do engajamento comunitário ao tombamento a contragosto: patrimonialização do antigo Cine Palácio de Joinville-SC” defende a importância do lugar como repertório para valorização de um bem edificado. Christiane Heloisa Kalb reflete sobre o esvaziamento do núcleo urbano à noite e aos finais de semana na cidade de Joinville como determinante para o mau uso do bem tombado. Neste estudo de caso, a autora retoma uma questão recorrente nas grandes cidades brasileiras e que urge políticas públicas adequadas para seu crescimento urbano e, conseqüentemente, a valorização de suas edificações enquanto metáforas da memória.

Ainda no campo da recuperação e ressignificação dos espaços, o artigo “Archeologia industriale in Germania: *Hildebrandsche Mühlenwerke*”, de Marco Antroicchia, apresenta um estudo de caso do antigo moinho da cidade alemã de Halle e de sua ressignificação e reuso. O restauro do inteiro complexo do moinho adquire importância no cenário urbano da cidade como um sinal forte

na paisagem da periferia em diálogo com o centro histórico, com suas novas funções, principalmente aquela de lugar para ser vivido. É aquilo que o geógrafo francês Armand Frémont define como *espaço vivido* (*espace vécu*), o oposto do espaço alienado nascido da revolução industrial. Ao reinvesti-lo, reapropriando-o pela sua percepção e pela sua prática, o homem e o seu espaço estão harmonizados. O espaço vivido é voltado para a realização e a felicidade dos indivíduos, como o caso do velho moinho alemão.

Se os passos da já citada escritora Cora Coralina, que viveu em Goiás Velho até a morte, nos surpreendem tanto até hoje, as fronteiras poéticas nos conduzem a Machado de Assis e à ideia de pensar que na literatura a constituição do patrimônio se dá pelo próprio texto e suas tradições que, muitas vezes, se aproximam de sistemas exteriores ao sistema literário, como a política e a sociedade. Em “As heranças vilipendiadas: as ruínas e as imposturas do patrimônio em *Dom Casmurro*”, a construção da memória afetiva traz a presentificação do passado conforme ressaltado no artigo de Bianca Campello Rodrigues Costa.

Do Brasil para a Itália, Priscila Nogueira da Rocha recorre à definição de Patrimônio Cultural do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para a introdução do seu artigo “Mandragola: a comédia como patrimônio”, a fim de compreender a importância dos bens imateriais como também representativos de valores simbólicos, cuja preservação asseguraria a identidade de seu povo. A obra teatral de Maquiavel é tratada pela autora como patrimônio cultural por ter se transformado em referência para várias gerações de escritores italianos. Para a autora, a obra, além de perpetuada, tem sua patrimonialização através do resgate do modelo clássico da comédia latina pela comédia renascentista italiana.

Encerramos o número com a ousadia de apresentar um artigo que trata da fotografia e da indagação de seu valor como um agente que articula a história ao ser usada como propaganda do Estado Novo em Portugal. O artigo

“O Valor Patrimonial da Fotografia Impressa enquanto Campo Discursivo da MetaImagem de Portugal (1934-1948)”, da pesquisadora portuguesa Paula André, dialoga com o paradoxo da imagem enquanto discurso e patrimônio.

A construção da memória e a valorização do Patrimônio Cultural como temática da Revista Interfaces coloca o desafio de ampliar a reflexão sobre a importância dos acervos, a preservação da memória, a valorização dos sítios e o reconhecimento da sociedade que legitima a sua cultura.

Fabiano Dalla Bona

Maria Clara Amado Martins (Editora Convidada)